

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)

O título desta Lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, vítima da violência doméstica crônica praticada pelo seu marido. Pela sua história de quase duas décadas de persistência, ela se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica e familiar. Sofreu duas tentativas de homicídio, cometidas pelo ex-marido: na primeira, foi alvejada com um tiro enquanto dormia, ficando paraplégica; na segunda, ainda em convalescença, logo após ter saído do hospital, o ex-marido tentou eletrocutá-la, enquanto tomava banho. Ele foi denunciado ao Ministério Público e condenado, mas, devido a uma série de medidas protelatórias, permaneceu em liberdade por quase 20 anos (SOUZA; CARVALHO; EVANGELISTA, 2009).

“Diante do seu sentimento de injustiça e impunidade, a vítima Maria da Penha, juntamente com o CEJIL (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e o CLADEM (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), formularam uma denúncia à Comissão Interamericana dos direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual o Brasil é signatário. O não cumprimento dos compromissos firmados em Convenções Internacionais das quais o Brasil é signatário, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), e o Protocolo facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, entre outros instrumentos de direitos humanos, acarretou denúncia ao Sistema Internacional, através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, após a avaliação do caso, publicou, em 2001, o Relatório nº 54, que, entre outras constatações, recomendou ao país (Brasil) algumas medidas, visto que negligenciou direitos humanos das mulheres, principalmente em casos caracterizados como violência doméstica e intrafamiliar. Os organismos internacionais sugeriram ao Brasil: promover medidas reparatórias e campanhas preventivas; desenvolver programas de capacitação e sensibilização de agentes de justiça e segurança, além de concluir o processo penal referente ao caso de Maria da Penha e indenizá-la simbolicamente” (SOUZA; CARVALHO; EVANGELISTA, 2009, p. 242).



Para Elas
por elas, por eles, por nós

Atenção Integral à Saúde da Mulher em Situação de Violência

Uma alteração significativa da Lei Maria da Penha foi trazer medidas protetivas às mulheres vítimas de violência, além de medidas punitivas, proibindo a aplicação das chamadas penas alternativas, principalmente no que se refere à Lei nº 9.099 (BRASIL, 1995), que permite a conversão das penas em multas e cestas básicas, e também a suspensão condicional do processo (PINAFI, 2007). Também alterou a visão jurídica, que causava um sentimento de impunidade, tendo em vista que uma agressão que causasse lesões corporais leves às mulheres não poderia gerar auto de prisão em flagrante, mesmo que o autor fosse reincidente, ante o seu compromisso de comparecimento em Juízo (PINAFI, 2007; SANTOS, 2007).

“Além disso, priorizando os crimes praticados contra a mulher nos ambientes domésticos, intrafamiliar e afetivo, instituiu os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sendo que as Varas Criminais acumularão as competências cíveis – separação judicial e de corpos, por exemplo, e criminal – responsabilização do agressor, nos casos decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Previu a lei que, enquanto não for instalado o Juizado de Violência Doméstica, a competência para processar e julgar os delitos previstos em seu texto é dos juízes criminais” (PINAFI, 2007, p. 7).

Dentre as medidas protetivas elencadas na Lei Maria da Penha, que podem ser requeridas ao Juiz, algumas merecem destaque pelos seus feitos intimidativos, bem como para a garantia da integridade física e moral da ofendida. Podem ser citadas:

- Obrigação da Autoridade Policial de garantir a proteção da mulher e encaminhá-la ao hospital.
- Fornecer-lhe, e aos dependentes, o transporte que se fizer necessário e acompanhá-la ao domicílio para a retirada dos pertences.
- Afastamento do autor de violência do lar ou restrição de contato com a mulher, com os familiares desta, com testemunhas, por qualquer meio de comunicação.
- Encaminhamento da mulher para programas de proteção.



Para Elas

por elas, por eles, por nós

Atenção Integral à Saúde da Mulher em Situação de Violência

- Possibilitar seu afastamento do lar sem que ela perca seus direitos relativos a bens ou guarda de filhos.

Assistência jurídica gratuita, bem como o acompanhamento jurídico em todos os atos processuais.

Também é garantido atendimento à mulher, ao autor da violência e aos familiares (principalmente crianças e adolescentes), por equipe multidisciplinar do próprio Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PINAFI, 2007).

A partir da alteração do código Penal (Artigo 129, §9º) e da Lei Maria da Penha, toda violência decorrente do âmbito familiar ou doméstico exige a abertura de inquéritos, e as vítimas devem ser encaminhadas para o atendimento e proteção, o que representa um avanço na proteção de todos aqueles que se encontram em situação de risco e fragilidade. É interessante destacar que a Lei não determina que sejam somente os homens, os autores de violência, mas qualquer pessoa do âmbito doméstico, familiar e afetivo, quebrando o dogma de que somente homens são autores de violência doméstica ou intrafamiliar contra mulheres (DUARTE et al., 2009).



Em seu Artigo 7º, a Lei Maria da Penha estabelece as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006b), que sintetizamos no quadro 1.

Quadro 1 – Síntese do Art. 7º da Lei Maria da Penha

Violência Física	Qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.
Violência Psicológica	Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
Violência Sexual	Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
Violência Patrimonial	Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
Violência Moral	Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Apesar das dificuldades e resistência de alguns juristas em aplicar a Lei Maria da Penha em sua plenitude, é correto observar que a consciência social vem facilitando e ajudando o reconhecimento da importância jurídica desta Lei para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa nas suas questões de gênero. A Lei Maria da Penha precisa ser incorporada ao cotidiano dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência e não apenas nas delegacias de polícia, onde são registradas as ocorrências.